



JEDavidson:kvo

U.S. Central Authority
Benjamin Franklin Station
P.O. Box 14360
Washington, D.C. 20044
+1 (202) 514-6700
OIJA@usdoj.gov

4 de agosto de 2017

Citação, Intimação e Notificação de Documentos Judiciais junto ao Governo dos Estados Unidos nos Termos da Convenção Interamericana

O Gabinete de Assistência Jurídica Internacional do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (“OIJA”) atua como Autoridade Central em conformidade com o Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias (“Convenção Interamericana”), do qual os Estados Unidos é signatário para efeitos de citação, intimação e notificação de documentos judiciais. O OIJA também atua como a Autoridade Central de acordo com a Convenção de 15 de novembro de 1965 relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial. Além disso, o OIJA lida com solicitações de citações, intimações e notificações recebidas de Estados que não fazem parte dessas Convenções por meio de canais diplomáticos. Ao contrário das solicitações de citação, intimação e notificação dirigidas a pessoas físicas ou empresas situadas nos Estados Unidos, que são executadas por meio de contratado independente do OIJA, as solicitações de citação, intimação e notificação do Governo dos Estados Unidos, que incluem seus departamentos, agências ou órgãos, devem ser enviadas diretamente ao OIJA. Não há taxa para solicitações de citação, intimação ou notificação designadas para o governo dos Estados Unidos. As solicitações de citação, intimação ou notificação do Governo dos Estados Unidos devem ser enviadas ao OIJA, no Office of International Judicial Assistance, U.S. Department of Justice, Benjamin Franklin Station, P.O. Box 14360, Washington, DC 20044.

Este documento dará ênfase ao processo em conformidade com a Convenção Interamericana, mas diretrizes semelhantes se aplicam a solicitações recebidas em conformidade com a Convenção de Haia sobre Citação.¹

Conforme mencionado, o OIJA é a Autoridade Central dos EUA para a Convenção Interamericana. *Vide* a Convenção Interamericana, art. 2º. A Autoridade Central dos EUA recebe e executa solicitações de citação, intimação ou notificação junto ao Governo dos EUA, mas a Autoridade Central não é o representante legal ou agente do Governo dos EUA. Portanto, de acordo com o Artigo 4º da Convenção Interamericana, o recebimento de uma solicitação de citação, intimação ou notificação de um tribunal estrangeiro pela Autoridade Central dos EUA

¹ *Vide* o Memorando de Orientação relativo à Convenção de Haia sobre Citação aqui: <https://www.justice.gov/civil/service-requests>.

não é uma citação, intimação ou notificação efetiva.² A citação, intimação ou notificação só é concluída após o recebimento dos documentos pelo gabinete ou agência apropriada do Governo dos EUA. Favor aguardar pelo tempo necessário para que a Autoridade Central dos EUA notifique o gabinete ou agência apropriada do Governo dos EUA.

A citação, intimação ou notificação do Governo dos EUA só é adequada quando transmitida por meio de canais diplomáticos ou pelo Artigo 4º da Convenção Interamericana, mediante entrega à Autoridade Central dos EUA. Embora os Estados Unidos não se oponham à citação, intimação ou notificação por vias postais para pessoas físicas ou empresas, a citação, intimação ou notificação do Governo dos EUA não pode ser efetuada através de canais postais.

Abaixo, consta uma descrição do que é necessário para uma solicitação adequada de citação, intimação ou notificação do Governo dos EUA, de acordo com a Convenção Interamericana. A solicitação deve ser feita em três vias, com a queixa ou peça processual traduzida para o inglês. *Vide* a Convenção Interamericana, art. 3º. Um Formulário Obrigatório preenchido (<https://www.justice.gov/civil/page/file/914416/download>) deve acompanhar a solicitação, e também ser apresentado em três vias e em inglês.³ *Vide* a Convenção Interamericana, art. 3º. Por favor, utilize a versão mais recente do Formulário Obrigatório e preencha as informações. O Formulário Obrigatório deve incluir o endereço para correspondência completo da Autoridade Requerente (ou seja, o tribunal estrangeiro). O único réu apropriado são os Estados Unidos da América, já que os departamentos, agências ou órgãos do Governo dos EUA não têm personalidade jurídica em um estado estrangeiro distinto daquele do Governo dos EUA e não podem ser processados independentemente. Os documentos a serem notificados devem incluir informações suficientes sobre o caso, geralmente na forma de alegações iniciais, petição inicial ou documento similar no idioma original e com traduções no idioma inglês. *Vide* a Convenção Interamericana, art. 3º. As cópias devem conter o selo da autoridade judicial ou adjudicatória que emitiu a solicitação.

Além disso, com base no direito internacional consuetudinário, o Governo dos EUA deve dispor de 60 dias a partir da data de recebimento da citação, intimação ou notificação dos documentos até a primeira resposta, o comparecimento agendado e/ou a data da audiência no estado estrangeiro. Como a citação, intimação ou notificação não é efetivada após a entrega dos documentos à Autoridade Central dos EUA, é preciso de bastante tempo para que a Autoridade Central dos EUA cite, intime ou notifique o gabinete ou agência apropriada do Governo dos EUA, que deve então contar com 60 dias a partir da data de recebimento da citação, intimação ou notificação dos documentos até a primeira resposta, o comparecimento agendado e/ou a data da audiência. Por exemplo, se a legislação interna de um país exigir uma resposta por escrito dentro de duas semanas da citação, intimação ou notificação efetivada, essa exigência deve ser afirmativamente dispensada nos documentos judiciais, concedendo ao Governo dos EUA 60 dias completos da data da citação, intimação ou notificação antes da data de apresentação da resposta. Se a legislação interna de um país exigir que uma resposta por escrito seja apresentada ao

² Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias art. 4, S. Doc. Tratado No. 98–27, 58 Reg. Fed. 31.132 (1988) (“A Autoridade Central do Estado de destino transmitirá a carta rogatória à autoridade judiciária ou administrativa competente para ser processada de acordo com a legislação local aplicável.”).

³ FORMULÁRIO OBRIGATÓRIO INTERAMERICANO (FORMULÁRIO A, FORMULÁRIO B E FORMULÁRIO C), <https://www.justice.gov/civil/page/file/914416/download> (último acesso em 12 de junho de 2017).

tribunal dez dias antes da data marcada para a audiência, a data da audiência deve atender a essa exigência e ainda conceder ao Governo dos EUA 60 dias a partir da data da citação, intimação ou notificação antes que a resposta por escrito seja apresentada.

Ao avaliar uma solicitação com relação a esses requisitos, a Autoridade Central dos EUA emitirá um certificado de deferimento ou rejeição que será enviado à Autoridade Requerente. A citação, intimação ou notificação só será considerada efetivada e a devida notificação entregue se a Autoridade Central dos EUA emitir um certificado de deferimento. A citação, intimação ou notificação será efetivada na data indicada no certificado de deferimento. Nos casos em que a Autoridade Central dos EUA emitir um certificado de rejeição, a citação, intimação ou notificação será considerada prejudicada; o Governo dos EUA não fará parte do litígio, não apresentará uma resposta ou comparecerá à audiência e não reconhecerá a validade de qualquer sentença que possa ser proferida contra os Estados Unidos da América.